



Estratégia
Carreira Jurídica

— 2º SIMULADO —

JUIZ DO TRF DA 3ª REGIÃO

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso para Juiz Federal do TRF da 3ª Região;
- 2 – A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com questões de múltipla escolha A, B, C, D.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <http://bit.ly/Simulado-TRF3-11-10-20>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| 01 – (A) (B) (C) (D) | 21 – (A) (B) (C) (D) | 41 – (A) (B) (C) (D) | 61 – (A) (B) (C) (D) | 81 – (A) (B) (C) (D) |
| 02 – (A) (B) (C) (D) | 22 – (A) (B) (C) (D) | 42 – (A) (B) (C) (D) | 62 – (A) (B) (C) (D) | 82 – (A) (B) (C) (D) |
| 03 – (A) (B) (C) (D) | 23 – (A) (B) (C) (D) | 43 – (A) (B) (C) (D) | 63 – (A) (B) (C) (D) | 83 – (A) (B) (C) (D) |
| 04 – (A) (B) (C) (D) | 24 – (A) (B) (C) (D) | 44 – (A) (B) (C) (D) | 64 – (A) (B) (C) (D) | 84 – (A) (B) (C) (D) |
| 05 – (A) (B) (C) (D) | 25 – (A) (B) (C) (D) | 45 – (A) (B) (C) (D) | 65 – (A) (B) (C) (D) | 85 – (A) (B) (C) (D) |
| 06 – (A) (B) (C) (D) | 26 – (A) (B) (C) (D) | 46 – (A) (B) (C) (D) | 66 – (A) (B) (C) (D) | 86 – (A) (B) (C) (D) |
| 07 – (A) (B) (C) (D) | 27 – (A) (B) (C) (D) | 47 – (A) (B) (C) (D) | 67 – (A) (B) (C) (D) | 87 – (A) (B) (C) (D) |
| 08 – (A) (B) (C) (D) | 28 – (A) (B) (C) (D) | 48 – (A) (B) (C) (D) | 68 – (A) (B) (C) (D) | 88 – (A) (B) (C) (D) |
| 09 – (A) (B) (C) (D) | 29 – (A) (B) (C) (D) | 49 – (A) (B) (C) (D) | 69 – (A) (B) (C) (D) | 89 – (A) (B) (C) (D) |
| 10 – (A) (B) (C) (D) | 30 – (A) (B) (C) (D) | 50 – (A) (B) (C) (D) | 70 – (A) (B) (C) (D) | 90 – (A) (B) (C) (D) |
| 11 – (A) (B) (C) (D) | 31 – (A) (B) (C) (D) | 51 – (A) (B) (C) (D) | 71 – (A) (B) (C) (D) | 91 – (A) (B) (C) (D) |
| 12 – (A) (B) (C) (D) | 32 – (A) (B) (C) (D) | 52 – (A) (B) (C) (D) | 72 – (A) (B) (C) (D) | 92 – (A) (B) (C) (D) |
| 13 – (A) (B) (C) (D) | 33 – (A) (B) (C) (D) | 53 – (A) (B) (C) (D) | 73 – (A) (B) (C) (D) | 93 – (A) (B) (C) (D) |
| 14 – (A) (B) (C) (D) | 34 – (A) (B) (C) (D) | 54 – (A) (B) (C) (D) | 74 – (A) (B) (C) (D) | 94 – (A) (B) (C) (D) |
| 15 – (A) (B) (C) (D) | 35 – (A) (B) (C) (D) | 55 – (A) (B) (C) (D) | 75 – (A) (B) (C) (D) | 95 – (A) (B) (C) (D) |
| 16 – (A) (B) (C) (D) | 36 – (A) (B) (C) (D) | 56 – (A) (B) (C) (D) | 76 – (A) (B) (C) (D) | 96 – (A) (B) (C) (D) |
| 17 – (A) (B) (C) (D) | 37 – (A) (B) (C) (D) | 57 – (A) (B) (C) (D) | 77 – (A) (B) (C) (D) | 97 – (A) (B) (C) (D) |
| 18 – (A) (B) (C) (D) | 38 – (A) (B) (C) (D) | 58 – (A) (B) (C) (D) | 78 – (A) (B) (C) (D) | 98 – (A) (B) (C) (D) |
| 19 – (A) (B) (C) (D) | 39 – (A) (B) (C) (D) | 59 – (A) (B) (C) (D) | 79 – (A) (B) (C) (D) | 99 – (A) (B) (C) (D) |
| 20 – (A) (B) (C) (D) | 40 – (A) (B) (C) (D) | 60 – (A) (B) (C) (D) | 80 – (A) (B) (C) (D) | 100 – (A) (B) (C) (D) |

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

01. Acerca do conceito e da classificação das constituições, assinale a opção correta.

- a) A constituição, segundo a concepção política de Ferdinand Lassalle, corresponde a uma decisão política fundamental, de modo que é possível ter no Estado duas Constituições: uma real e efetiva e outra que é mera folha de papel.
- b) Carl Schmitt idealizou o sentido político de Constituição, segundo o qual são normas constitucionais tudo o que estiver codificado numa lei organizadora do Estado, sem fazer qualquer distinção entre normas de cunho formal ou material.
- c) A Atual Constituição brasileira, quanto à finalidade, é classificada como garantia, uma vez que retrata apenas o indispensável para a existência do Estado brasileiro, com o propósito de submeter todas as forças políticas existentes ao seu regramento.
- d) No Brasil, dada a supremacia formal da Constituição, a distinção entre normas materialmente constitucionais e normas formalmente constitucionais é irrelevante para fins de aferição da possibilidade de controle de constitucionalidade das normas infraconstitucionais.
- e) Toda Constituição rígida é escrita, assim como toda constituição flexível é não escrita.

02. Com relação ao poder constituinte, assinale a opção correta.

- a) O Poder Constituinte Derivado, como poder jurídico, tem como características ser limitado, condicionado, secundário e dependente.
- b) Por expressa previsão constitucional, o titular do Poder Constituinte é o Estado. Entretanto, o exercício desse poder é do povo.

c) O Poder Constituinte utilizado na criação da Constituição Estadual é espécie de poder originário, com aplicação apenas estadual.

d) Entende-se por mutação constitucional a mudança na redação da Constituição, para adequação de suas normas à realidade sociopolítica.

e) Uma emenda à Constituição estadual requer a observância do quórum de dois terços dos membros da Assembleia Legislativa, em dois turnos de votação, com interstício mínimo de dez dias.

03. A respeito do direito de nacionalidade, segundo disposto na Constituição Federal e na doutrina, aponte a alternativa INCORRETA.

- a) Conquanto seja competência privativa da União legislar sobre naturalização, os estados e o Distrito Federal poderão, mediante delegação da União, por lei complementar, legislar sobre o tema.
- b) É juridicamente impossível ter em um Estado mais do que uma nação.
- c) Nem todo brasileiro é cidadão.
- d) Nacionalidade é um vínculo jurídico-político que une um indivíduo a um Estado, para integrá-lo ao povo.
- e) Compete aos juízes federais processar e julgar as causas referentes à nacionalidade e à naturalização.

04. Determinado deputado apresentou um projeto de lei para reduzir a alíquota de imposto de renda. O projeto foi votado em um único turno na Câmara dos Deputados, tendo atingido 230 votos favoráveis. Registraram presença na sessão 415 deputados federais. Seguiu para o Senado e foi votado também em um turno, com 49 votos favoráveis. Em seguida, o Presidente da República, no décimo dia útil do recebimento do projeto, vetou-o por vício de iniciativa, sob alegação de que projeto de lei sobre matéria

tributária é de sua iniciativa privativa. A respeito do assunto, indique a alternativa INCORRETA.

a) Como o projeto de lei foi de iniciativa de deputado federal, a Casa Iniciadora, necessariamente, teria que ser a Câmara dos Deputados.

b) O quórum exigido para aprovar lei ordinária é o de maioria simples, razão pela qual o projeto foi regularmente aprovado nas duas Casas Legislativas.

c) O Presidente da República tem quinze dias úteis para sancionar ou vetar projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional.

d) A Constituição Federal, diferente do que se dá no processo legislativo das emendas, fixou um único turno, em cada Casa Legislativa, para votação de projetos de lei.

e) Projeto de lei sobre matéria tributária é da iniciativa privativa do Presidente da República, motivo pelo qual o veto foi acertado, dado o vício formal de iniciativa.

05. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) é órgão temporário destinado a investigar fato determinado e de interesse público. A respeito do tema, indique a alternativa INCORRETA.

a) A investigação feita pela CPI tem natureza político-administrativa e reflete função atípica do Poder Legislativo.

b) A criação de CPI depende de requerimento de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara ou do Senado, em conjunto ou separadamente.

c) Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, é nula a intimação de indígena não aculturado para oitiva em CPI, na condição de testemunha, fora de sua comunidade.

d) Não afronta a Constituição Federal norma regimental da Câmara dos Deputados que limita o número de CPI em funcionamento simultâneo.

e) A CPI tem poderes próprios para determinar a quebra de sigilo bancário de pessoa investigada, mas não tem poderes para promover a quebra de sigilo das comunicações telefônicas.

06. A respeito do Distrito Federal e dos Territórios, indique a assertiva correta.

a) O Distrito Federal, assim como se aplica aos Territórios, não pode ser dividido em Municípios.

b) O Distrito Federal é um ente federativo híbrido, capaz de exercer competências legislativas estaduais e municipais. Os Territórios, por sua vez, são meras descentralizações administrativas da União e não possuem autonomia legislativa.

c) O Distrito Federal se organiza por meio de lei orgânica votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, sendo aprovada por dois terços da Câmara Legislativa e promulgada pelo Governador, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição.

d) As contas do Governo do Território serão submetidas ao Senado Federal, com parecer prévio do Tribunal de Contas da União.

e) Nos Territórios Federais, além do Governador nomeado pelo Presidente da República, após aprovação do Senado, haverá órgãos judiciários de primeira e segunda instância, membros do Ministério Público e defensores públicos federais.

07. A respeito das ações do controle objetivo de constitucionalidade, aponte a assertiva incorreta.

a) A ação direta de inconstitucionalidade, a ação declaratória de constitucionalidade e a arguição de descumprimento de preceito fundamental têm os mesmos legitimados ativos.

b) Uma vez proposta ação direta de inconstitucionalidade, não se admitirá desistência.

- c) Não cabe rescisória de decisão proferida em arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- d) Assim como se aplica ao Procurador-Geral da República, a participação do Advogado-Geral da União é obrigatória em todas as ações do controle objetivo de constitucionalidade.
- e) Na ação direta de inconstitucionalidade, não se admite a intervenção de terceiros, exceto na condição especial de amicus curiae.

08. A respeito do Poder Executivo, marque a alternativa correta:

- a) A eleição para Presidente e Vice-Presidente da República, bem como para Governador e Vice-Governador, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores. Nos Municípios com menos de duzentos mil eleitores, há turno único para eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito.
- b) Os subsídios dos chefes do Executivo Federal, Estadual e municipal serão fixados pelo Poder Legislativo do ente federativo, mediante decreto legislativo.
- c) O Presidente da República ficará suspenso de suas funções, por até cento e oitenta dias, nas infrações penais comuns, se admitida a acusação pela Câmara dos Deputados.
- d) Presidente da República, Governadores e Prefeitos têm mandato de quatro anos, vedada a reeleição para terceiro mandato consecutivo. No Executivo, a eleição é majoritária, de maneira que serão considerados eleitos aqueles candidatos que, registrados por partido político, obtiverem a maioria absoluta de votos.
- e) Na vigência do mandato, o Presidente da República, os Governadores e os Prefeitos não podem ser responsabilizados por atos estranhos ao exercício de

suas funções e não poderão ser presos enquanto não sobrevier a sentença condenatória.

09. Acerca da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, conforme disposto na Constituição Federal e segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, indique a assertiva correta.

- a) Segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, afronta a autonomia municipal dispositivo da Constituição estadual que define a composição do Tribunal de Contas do Município.
- b) Compete ao Tribunal de Contas da União sustar a execução de contrato, caso encontrada irregularidade, solicitando, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.
- c) O Tribunal de Contas da União, composto de sete Conselheiros, tem sede no na Capital Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.
- d) Qualquer pessoa física ou jurídica, desde que de direito público, que em nome da União assuma prestação pecuniária prestará contas ao Tribunal de Contas da União.
- e) Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

10. Acerca da ordem econômica, nos termos fixados no Título VII da Constituição Federal, indique a opção correta.

- a) São princípios da ordem econômica, dentre outros, a propriedade privada, a busca do pleno emprego e o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

- b) A Constituição Federal assegura a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, desde que mediante autorização do Poder Público.
- c) As empresas públicas e as sociedades de economia mista, porque pertencentes da Administração Pública Indireta, usufruem de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- d) A atividade de garimpagem, ainda que em cooperativas, será reprimida pelo Estado, por meio da aplicação de penalidades, por ofensa ao meio ambiente.
- e) Constituem monopólio da União a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural, mas a refinação do petróleo pode ser autorizada sob regime de permissão.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Bruno Betti

- 11.** Acerca da temática dos agentes públicos, marque a assertiva correta:
- a) O diploma ou habilitação legal para o exercício do cargo deve ser exigido na inscrição para o concurso público.
- b) O candidato aprovado fora do número de vagas previstas no edital de concurso público tem direito subjetivo à nomeação quando o candidato imediatamente anterior na ordem de classificação, aprovado dentro do número de vagas, for convocado e manifestar desistência.
- c) Os candidatos em concurso público têm direito à prova de segunda chamada nos testes de aptidão física em razão de circunstâncias pessoais.
- d) A Administração Pública não precisa intimar o candidato de um concurso público, pessoalmente, ainda que haja decurso de tempo razoável entre a homologação do resultado e a data da nomeação.

12. Acerca dos cargos em comissão, sua criação e provimento, julgue os itens abaixo:

I - A criação de cargos em comissão somente se justifica para o exercício de funções de direção, chefia e assessoramento, não se prestando ao desempenho de atividades burocráticas, técnicas ou operacionais.

II – Faz-se desnecessária relação de confiança entre a autoridade nomeante e o servidor nomeado.

III - O número de cargos comissionados criados deve guardar proporcionalidade com a necessidade que eles visam suprir e com o número de servidores ocupantes de cargos efetivos no ente federativo que os criar.

IV - As atribuições dos cargos em comissão devem estar descritas, de forma clara e objetiva, na própria lei que os instituir.

a) Todos os itens estão corretos

b) Apenas o item I e III estão corretos

c) Os itens II e IV estão errados

d) Apenas o item II está errado

13. Acerca das licitações e contratações realizadas pelas Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte, marque a assertiva incorreta:

a) Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

b) As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

c) Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as

microempresas e empresas de pequeno porte. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

d) A microempresa e a empresa de pequeno porte titular de direitos creditórios decorrentes de empenhos liquidados por órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal e Município não pagos em até 30 (trinta) dias contados da data de liquidação poderão emitir cédula de crédito microempresarial.

14. De acordo com as disposições da Lei nº 13.303/16, marque a assertiva correta:

a) A duração dos contratos não será superior, como regra, a 12 (doze) meses.

b) O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

c) Os títulos da dívida pública podem ser apresentados como garantia de execução dos contratos.

d) A homologação do resultado implica a constituição de direito relativo à celebração do contrato em favor do licitante vencedor.

15. Sobre a temática Parceria Público Privada, marque a assertiva correta:

a) Concessão administrativa é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, desde que não envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.

b) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

c) É possível a celebração de uma PPP que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

d) A Lei nº 11.079/04 não se aplica ao Poder Judiciário.

16. Sobre as agências reguladoras, marque a assertiva incorreta:

a) Os cargos de dirigentes de agências reguladoras são cargos em comissão, mas não são de livre exoneração.

b) o ex-dirigente fica impedido para o exercício de atividades ou de prestar qualquer serviço no setor regulado pela respectiva agência, por um período de seis meses, contados da exoneração ou do término do seu mandato.

c) A teoria da captura consiste em uma falha de governo, pela qual há a quebra da independência e da autonomia das agências reguladoras, de modo que passam a favorecer os entes regulados, que são economicamente mais fortes.

d) O poder regulatório conferido às agências reguladoras não confere a elas a possibilidade de aplicar sanções.

17. Julgue os itens abaixo:

I - Sem previsão constitucionalmente adequada e instituída por lei, não é legítima a cláusula de edital de concurso público que restrinja a participação de candidato pelo simples fato de responder a inquérito ou ação penal.

II - Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da

legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.

III - O Estado responde diretamente por danos materiais causados a candidatos em concurso público organizado por pessoa jurídica de direito privado (art. 37, § 6º, da CRFB/88), quando os exames são cancelados por indícios de fraude.

IV – Os servidores temporários fazem jus a décimo terceiro salário e férias remuneradas acrescidas do terço constitucional.

- a) Todos os itens estão corretos
- b) Apenas os itens I e II estão incorretos
- c) Os itens III e IV estão incorretos
- d) O item I está errado.

18. Sobre a temática da improbidade administrativa, marque a assertiva incorreta:

- a) Não há improbidade administrativa, por exemplo, a prática de eventuais abusos perpetrados por agentes públicos durante abordagem policial, caso os ofendidos pela conduta sejam particulares que não estavam no exercício de função pública.
- b) A tortura de preso custodiado em delegacia praticada por policial constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
- c) Ação Civil de perda de cargo de Promotor de Justiça cuja causa de pedir não esteja vinculada a ilícito capitulado na Lei n. 8.429/1992 deve ser julgada no primeiro grau de jurisdição.
- d) Não há foro por prerrogativa de função nas ações de improbidade administrativa.

19. Assinale a alternativa correta.

Acerca da anulação e da revogação do ato administrativo:

- a) Ambas podem ser decretadas pelo Poder Judiciário como instrumento de controle da atividade administrativa.
- b) Ambas ocorrem no âmbito da discricionariedade administrativa.
- c) Ambas retroagem à data em que o ato for praticado.
- d) Ambas podem ser realizadas pela autoridade administrativa competente no exercício da autotutela administrativa.

20. Um Município tem interesse em preservar um bem de valor histórico, consistente na casa em que nasceu e viveu um escritor famoso nacional e internacionalmente. Pretendendo que o imóvel seja mantido inalterado e que lá seja instalado um museu a respeito da obra do escritor, a Municipalidade deverá

- a) desapropriar o imóvel.
- b) tombar o imóvel.
- c) instituir um tombamento de uso do imóvel.
- d) requisitar o imóvel.

DIREITO PENAL

Michael Procópio

21. Assinale a alternativa correta sobre a teoria do domínio do fato de Claus Roxin:

- a) A teoria do domínio do fato tem pretensão universalista, ou seja, deve ser aplicada a todos os delitos.
- b) O domínio funcional do fato relaciona-se à coautoria, em que há uma imputação recíproca das condutas de cada um dos envolvidos, que dividem entre si a execução da atividade delitiva.

c) A teoria do domínio do fato é unificadora, ao equiparar autores a partícipes.

d) Há domínio da vontade, por meio dos aparatos organizados de poder, quando o gestor de determinada empresa, que se envolvem em corrupção de funcionários públicos para obtenção de contratos com a Administração Pública, dá ordens aos subordinados.

22. Sobre a teoria do crime, assinale a alternativa correta:

a) Segundo a concepção clássica, denominada de causalismo, o dolo é considerado parte da conduta, enquanto a culpabilidade é concebida pela teoria psicológica.

b) O neokantismo concebe a existência de elementos subjetivos no tipo, o que levou à compreensão de que o dolo compõe o fato típico.

c) Não se exige, para a potencial consciência da ilicitude, que o agente tenha conhecimento técnico-jurídico, bastando a valoração paralela na esfera do profano. Por isso, o erro de subsunção não tem efeitos sobre a tipificação nem sobre a culpabilidade.

d) Para Hans Welzel, a culpabilidade é compreendida segundo a teoria limitada, sendo que o dolo, considerado normativo, migra para a conduta.

23. Assinale a alternativa que representa entendimento atualmente adotado pelo Supremo Tribunal Federal:

a) É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do ministério público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.

b) Não se tipifica crime material contra a ordem tributária, previsto no art. 1º, incisos I a IV, da Lei nº

8.137/90, antes do lançamento definitivo do tributo. Referido entendimento se aplica ao descaminho.

c) Há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima. Por ser um crime contra a vida, não é da competência da Justiça Federal.

d) Quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, computando-se o acréscimo decorrente da continuação.

24. João Claudio burlou o sistema eletrônico da Caixa Econômica Federal e, deste modo, conseguiu transferir R\$ 3.500,00 da conta de Ricardo Silva. Após a apuração dos fatos, Ricardo foi ressarcido pelo banco, enquanto João Cláudio foi indiciado.

O crime praticado foi de:

a) Estelionato, havendo causa de aumento de pena por ter sido cometido contra instituto de economia popular.

b) Estelionato, na forma simples.

c) Furto mediante fraude, não incidindo privilégio.

d) Furto privilegiado e praticado mediante fraude.

25. Julgue os itens a seguir:

I – O contrabando e o descaminho são de competência da Justiça Federal, independentemente da demonstração de que a conduta do autor envolveu a importação ou exportação da mercadoria.

II- Quem se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho comete o crime de frustração de direito assegurado em lei trabalhista, previsto no artigo 203 do CP.

III – O agente que obriga ou coage alguém a usar mercadorias de determinado estabelecimento, para impossibilitar o desligamento do serviço em virtude de dívida, comete o crime de frustração de direito assegurado por lei trabalhista, previsto no artigo 203 do CP.

Neste caso, está(ão) correto(s) o(s) item(ns):

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II.
- d) II e III.

26. Assinale a alternativa incorreta sobre os crimes contra a Administração Pública:

- a) O crime de corrupção passiva é formal, nos termos da jurisprudência do STJ, apesar de não ser o entendimento pacífico da doutrina.
- b) O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a Administração Pública.
- c) Para a configuração do delito de corrupção ativa, a norma penal exige que o ato de ofício tenha sido efetivamente praticado.
- d) Configura forma equiparada à violação de sigilo funcional aquele que permite ou facilita, mediante atribuição, fornecimento e empréstimo de senha ou qualquer outra forma, o acesso de pessoas não autorizadas a sistemas de informações ou banco de dados da Administração Pública.

27. Assinale a alternativa correta sobre os crimes de apropriação indébita previdenciária e sonegação de contribuição previdenciária:

- a) No caso do crime de sonegação de contribuição previdenciária, é reduzida a pena pela metade se o

agente, espontaneamente, declara e confessa as contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal.

b) O crime de sonegação de contribuição previdenciária é omissivo puro, não comportando a forma tentada.

c) STF e STJ têm entendido ser aplicável o princípio da insignificância aos crimes de apropriação indébita previdenciária e sonegação de contribuição previdenciária.

d) A apropriação indébita previdenciária e a sonegação de contribuição previdenciária admitem a aplicação da continuidade delitiva, segundo entendimento consolidado do STJ.

28. Assinale a alternativa INCORRETA, de acordo com as normas do Código Penal:

- a) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- b) Considera-se praticado o crime no momento em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como quando se produziu o resultado.
- c) A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.
- d) A sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, pode ser homologada no Brasil para obrigar o condenado à reparação do dano, a restituições e a outros efeitos civis, dependendo de pedido da parte interessada.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Leonardo Fernandes

29. Sobre as provas e demais institutos do processo penal, marque a alternativa incorreta:

- a) São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas.
- b) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias.
- c) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.
- d) Se o reconhecimento da existência da infração penal depender de decisão sobre questão da competência do juízo cível, e se neste houver sido proposta ação para resolvê-la, o juiz criminal deverá, desde que essa questão seja de difícil solução e não verse sobre direito cuja prova a lei civil limite, suspender, obrigatoriamente, o curso do processo, após a inquirição das testemunhas e realização das outras provas de natureza urgente.

30. Sobre o juiz das garantias, marque a alternativa errada:

- a) O juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário, competindo-lhe especialmente.
- b) Se o investigado estiver preso, o juiz das garantias poderá, mediante representação da autoridade policial e ouvido o Ministério Público, prorrogar, uma única vez, a duração do inquérito por até quinze dias, após o que, se ainda assim a investigação não for concluída, a prisão será imediatamente relaxada.

c) A competência do juiz das garantias abrange todas as infrações penais, inclusive as de menor potencial ofensivo, e cessa com o recebimento da denúncia ou queixa.

d) As decisões proferidas pelo juiz das garantias não vinculam o juiz da instrução e julgamento, que, após o recebimento da denúncia ou queixa, deverá reexaminar a necessidade das medidas cautelares em curso.

31. Sobre a prisão preventiva, assinale a alternativa correta.

a) Decretada a prisão preventiva, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias.

b) A precedência da distribuição do pedido de decretação de prisão preventiva ou de qualquer diligência anterior à denúncia ou queixa é causa de prevenção do juízo para a ação penal.

c) Diante do descumprimento de obrigações impostas na concessão de liberdade provisória, o juiz, de ofício, poderá substituir a medida, impor outra em cumulação, ou, em último caso, decretar a prisão preventiva

d) Não cabe a fixação de medidas cautelares em processos que se apuram infrações a que não forem isoladas, cumulativas ou alternativamente cominadas com pena privativa de liberdade.

32. Encerrada a instrução probatória, se entender cabível nova definição jurídica do fato, em consequência de prova existente nos autos de elemento ou circunstância da infração penal não contida na acusação, o Ministério Público deverá aditar a denúncia. O conceito descrito refere-se à:

a) *Mutatio libelli*.

b) *Emendatio Libelli*.

c) Desclassificação

d) Incompetência.

33. Sobre a prova testemunhal, é incorreta:

a) Se o juiz, ao pronunciar sentença final, reconhecer que alguma testemunha fez afirmação falsa, calou ou negou a verdade, remeterá cópia do depoimento à autoridade policial para a averiguação dos fatos.

b) A testemunha não poderá eximir-se da obrigação de depor, salvo se ascendente, descendente, consanguíneo ou por afinidade, cônjuge, podendo, ser, no entanto, ouvidos na condição de informantes.

c) Segundo a legislação, o juiz, quando julgar necessário, poderá ouvir outras testemunhas, além das indicadas pelas partes.

d) A testemunha faltosa estará sujeita a multa ou a crime de desobediência, sob pena de *bis in idem*.

34. Sobre os impedimentos é incorreta a seguinte afirmação:

a) A incompetência do juízo anula somente os atos decisórios, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente.

b) Do acolhimento da exceção de incompetência cabe recurso em sentido estrito, mas não da sua rejeição.

c) O juiz, o órgão do Ministério Público, os serventuários ou funcionários de justiça e os peritos ou intérpretes abster-se-ão de servir no processo, quando houver incompatibilidade

d) O juiz está impedido de exercer jurisdição no processo em que tiver funcionado como juiz de outra instância, salvo se não pronunciou sobre questão de fato ou de direito.

35. Sobre a Lei 12.850/2013 (Lei de Organizações Criminosas) e a infiltração de agentes, está incorreta:

a) A infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação depende de manifestação técnica do delegado de polícia e autorização judicial.

b) Não cabe ao juiz fixar os limites da infiltração policial.

c) A infiltração será autorizada pelo prazo de até 6 (seis) meses, sem prejuízo de eventuais renovações, mediante ordem judicial fundamentada e desde que o total não exceda a 720 (setecentos e vinte) dias e seja comprovada sua necessidade.

d) Não comete crime o policial que oculta a sua identidade para, por meio da internet, colher indícios de autoria e materialidade de crimes previstos na Lei 12.850/2013.

36. Sobre os meios de obtenção de prova, é incorreto afirmar:

a) Se a gravação decorrente de interceptação telefônica não interessar à prova, será inutilizada por decisão judicial, dependendo de requerimento do Ministério Público ou da parte interessada.

b) O acordo de colaboração premiada é negócio jurídico processual e meio de obtenção de prova, que independe da utilidade e interesse públicos para a sua homologação, mas somente para a valoração dos benefícios processuais.

c) A inexistência de confissão do investigado antes da formação da *opinio delicti* do Ministério Público não pode ser interpretada como desinteresse em entabular eventual acordo de não persecução penal.

d) É constitucional o compartilhamento dos relatórios de inteligência financeira e da íntegra do procedimento fiscalizatório com os órgãos de persecução penal para fins criminais, sem a obrigatoriedade de prévia autorização judicial.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Ivan Marques

37. Nos termos da Lei 9.099/95, que trata do rito comum sumaríssimo, ao autor do fato típico definido como infração penal de menor potencial ofensivo, após a lavratura do termo circunstanciado, caso se comprometa a comparecer junto ao Juizado Especial Criminal, não se imporá prisão em flagrante,

- a) a menos que o agente seja reincidente.
- b) a menos que se recuse a ressarcir a vítima.
- c) a menos que tenha maus antecedentes.
- d) nem se exigirá fiança.

38. Qual das regras abaixo não faz parte da literalidade da Lei 9.605 (legislação penal ambiental):

- a) a responsabilidade penal dos entes coletivos.
- b) a *sursis* para delitos com pena de até 3 anos.
- c) a dissolução forçada de pessoa jurídica.
- d) o baixo grau de escolaridade do agente como isenção de pena.

39. Em relação aos crimes de trânsito, assinale a alternativa correta.

- a) Violar a suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor imposta com fundamento no Código de Trânsito Brasileiro configura infração administrativa.
- b) É circunstância que sempre atenua a penalidade dos crimes de trânsito ter o condutor do veículo cometido a infração com permissão para dirigir ou carteira de habilitação de categoria diferente da do veículo.
- c) Em qualquer fase da investigação ou da ação penal, havendo necessidade para a garantia da ordem pública, poderá o juiz, como medida cautelar, ainda que de ofício, decretar, em decisão motivada, a

suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor, ou a proibição de sua obtenção.

d) O crime de lesão corporal culposa na condução de veículo automotor sob a influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa que determine dependência é de ação penal pública condicionada à representação.

40. Em relação ao crime de tortura, assinale a alternativa correta.

- a) Em virtude do princípio da especialidade, aplica-se o crime descrito no art. 233 do Estatuto da Criança e do Adolescente se a vítima da tortura for criança.
- b) O condenado por crime de tortura poderá perder o cargo, função ou emprego público, desde que este efeito seja expressamente declarado na sentença.
- c) Independente do local do delito, a tortura sempre será processada e julgada na Justiça Federal.
- d) Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, em razão de discriminação racial ou religiosa, configura crime de tortura, delito esse equiparado a hediondo.

41. Quais das previsões normativas abaixo não está no Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003):

- a) discriminar pessoa idosa impedindo o seu acesso a operações bancárias.
- b) humilhar pessoa idosa por qualquer motivo.
- c) estelionato majorado pela vulnerabilidade da vítima idosa.
- d) abandonar o idoso em hospitais.

42. Qual das alternativas abaixo não permite a identificação criminal quando a pessoa está civilmente identificada:

- a) o documento apresentar rasura.
- b) constar dos registros policiais o uso de outros nomes.
- c) o estado de conservação do documento estiver ruim.
- d) o documento for de estrangeiro.
- e) o documento apresentado for insuficiente para identificar cabalmente o indiciado.

43. A atual lei de lavagem de capitais, bens e valores, vigente em nosso ordenamento jurídico é de:

- a) primeira geração
- b) segunda geração
- c) terceira geração
- d) quarta geração

44. Sobre o crime de porte ou posse ilegal de arma de fogo, qual das condutas abaixo não integra seu rol previsto no caput do art. 16:

- a) possuir
- b) utilizar
- c) ocultar
- d) remeter

DIREITO CIVIL

Leonardo Fernandes

45. Sobre propriedade, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A destinação de parte do imóvel para fins comerciais impede o reconhecimento da usucapião especial urbana sobre a totalidade da área
- b) A propriedade presume-se plena e exclusiva, *juris tantum*.

c) O imóvel gerador dos débitos condominiais não pode ser objeto de penhora em cumprimento de sentença quando somente o ex-companheiro tenha figurado no polo passivo da ação de conhecimento, pois a proprietária não foi parte no processo.

d) A cessão de superfície inferior (subsolo) de construção pelo proprietário, constituindo-se unidade distinta da originalmente construída sobre o solo, não consubstancia direito de laje, que deve ser feita somente sobre a superfície superior da construção-base.

46. Analise a seguinte situação e assinale o item CORRETO:

a) Renato, casado em comunhão parcial de bens com Ana, pai de cinco filhos, pretendia doar imóvel para Leandro, seu filho predileto e mais necessitado. Contudo, queria afastar o adiantamento de legítima, e transferir o bem sem o consentimento de seus filhos, que certamente se oporiam. Para tanto, utilizou-se de interposta pessoa, simulando uma venda do bem, por valor irrisório.

a) É hipótese de nulidade relativa, tendo legitimidade para ação anulatória: os quatro filhos (demais descendentes), Ana (cônjuge do alienante), mas não o Ministério Público.

b) Quatro anos após a conclusão do ato, Mariana, uma das filhas de Renato, toma ciência do ocorrido e pode anulá-lo, pois, segundo o Código Civil, o prazo decadencial é de dois anos, a contar do conhecimento.

c) Caso Renato tivesse feito uma doação não seria necessária a anuência do cônjuge e dos demais descendentes.

d) Mariana, que não anuiu à venda, somente pode ingressar com ação anulatória da venda quando seu pai Renato falecer e, por consequência, a sucessão for aberta, dada a vedação do pacto corvina.

47. Assinale a alternativa CORRETA:

a) Pode o condomínio figurar como autor em ação de indenização por danos morais, pois detém legitimidade ativa para tanto.

b) Ainda que se trate de ente despersonalizado, pode o condomínio sofrer dano moral.

c) O condomínio edilício é instituído por ato entre vivos ou testamento, devendo ser registrado no Registro de Imóveis.

d) É lícita a vedação do uso de áreas comuns do condomínio àquele condômino que estiver inadimplente.

48. Sobre a tutela dos direitos da personalidade, marque a alternativa correta:

a) A tutela do direito ao esquecimento somente comporta responsabilidade civil em perdas e danos, mas não na modalidade cominatória, sob pena de censura.

b) Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, mas não os parentes em linha colateral.

c) Para a constatação da morte da pessoa natural, a lei exige que seja averiguado por médico a morte cerebral.

d) O fim da personalidade jurídica da pessoa natural deve ser sempre precedida de constatação da morte natural.

49. Tendo como base a legislação civil e o entendimento dos tribunais superiores, marque a alternativa correta.

a) As partes poderão livremente pactuar regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de integração dos negócios jurídicos, ainda que diversas daquelas previstas em lei.

b) O juiz somente pode suprir a indicação de apoiador, caso a pessoa portadora de deficiência não o faça no prazo fixado.

c) É de quatro três anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação da fraude contra credores.

d) Os imóveis residenciais de alto padrão estão excluídos da proteção conferida pela Lei nº 8.009/90 aos bens de família.

50. Tendo como base a legislação civil e o entendimento dos tribunais superiores, marque a alternativa incorreta.

a) Não é possível a cumulação da taxa Selic com correção monetária.

b) A notificação destinada a comprovar a mora nas dívidas garantidas por alienação fiduciária dispensa a indicação do valor do débito.

c) Em caso de lacuna ou obscuridade da lei, o juiz deve recorrer, primeiramente, aos princípios gerais do direito, uma vez que são esses princípios que orientam todo o ordenamento jurídico.

d) A mera existência de grupo econômico, sem confusão patrimonial, não autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica

51. Sobre a imutabilidade do nome, assinale a correta:

a) o abandono pelo genitor não é motivo hábil à exclusão dos sobrenomes paternos.

b) o brasileiro com dupla cidadania e sobrenome imposto por lei estrangeira, diferente daquele constante de documento brasileiro, não pode retificar o registro civil, ainda que isso cause prejuízos ao exercício da cidadania.

c) o cônjuge pode incluir o patronímico do outro mesmo após a fase de habilitação para o casamento, durante a convivência matrimonial, não havendo vedação legal.

d) a alteração de prenome e gênero no registro civil do transgênero depende de prévia cirurgia de transgenitalização

52. Sobre os direitos da personalidade, assinale a alternativa correta:

a) O indivíduo não pode estipular a doação de seus órgãos não vitais para após a morte, pois a legislação civil veda o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física.

b) É necessário ato formal (escrito) de vontade, como testamento vital, para que o cadáver de um indivíduo seja submetido ao procedimento de criogenia.

c) O espólio tem legitimidade passiva em ação rescisória de sentença proferida em ação de investigação de paternidade cujo genitor é pré-morto.

d) A disposição gratuita de tecidos, órgãos e partes do corpo humano, pode se darem vida ou *post mortem*.

53. Sobre a resolução do contrato, marque a alternativa correta:

- a) A rescisão unilateral somente tem cabimento nos casos em que a lei expressa ou implicitamente a permite, sendo um direito potestativo.
- b). A rescisão bilateral, também é denominada de distrato, se dá pelo acordo de vontade das partes, não se exigindo que seja feito pela mesma forma exigida para a celebração do contrato
- c) A resolução, que decorrente da inexecução voluntária das obrigações contratuais, permite que lhe seja exigida em juízo o seu cumprimento forçado. Respondendo a parte que deu causa, inadimplente, ao ressarcimento por perdas e danos sofridos.
- d) Na resolução pela inexecução involuntária, responde o devedor apenas pelo fortuito ou força maior se estiver em mora.

54. Sobre a validade do casamento, marque a alternativa correta:

- a) Diante da presença de causas suspensivas do casamento, a legislação prevê a impossibilidade de celebração do casamento enquanto não superadas.
- b) Os impedimentos matrimoniais impossibilitam a celebração do casamento mediante, dependendo de procedimento judicial para o seu reconhecimento.
- c) A obrigatoriedade da separação de bens, nas hipóteses previstas, não impede a alteração do regime de bens, desde que superada a causa que o impôs.
- d) É permitido o casamento do menor de 16 anos de forma excepcional, para fins de extinção da punibilidade penal.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Rodrigo Vaslin

55. Assinale a alternativa correta no que concerne aos honorários advocatícios e despesas processuais:

- a) Não serão devidos honorários advocatícios na reconvenção e no cumprimento de sentença provisório.
- b) Em obediência aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, nas causas em que for inestimável ou

irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz estará impedido de fixar honorários advocatícios.

- c) São devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas.
- d) As perícias requeridas pela Fazenda Pública, pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública deverão, obrigatoriamente, ser realizadas por entidade pública, de modo que esses valores não podem ser adiantados, ainda que haja previsão orçamentária.
- e) É possível fracionar o crédito de honorários advocatícios em litisconsórcio ativo facultativo simples em execução contra a Fazenda Pública.

56. Sobre a citação, é correto afirmar, exceto:

- a) A citação da pessoa jurídica de direito público será feita, preferencialmente, pelo correio.
- b) Nos condomínios edilícios ou nos loteamentos com controle de acesso, será válida a entrega do mandado a funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência, que, entretanto, poderá recusar o recebimento, se declarar, por escrito, sob as penas da lei, que o destinatário da correspondência está ausente.
- c) Quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar.
- d) A parte que requerer a citação por edital, alegando dolosamente a ocorrência das circunstâncias autorizadas para sua realização, incorrerá em multa de 5 (cinco) vezes o salário-mínimo.
- e) Nas comarcas contíguas de fácil comunicação e nas que se situem na mesma região metropolitana, o oficial de justiça poderá efetuar, em qualquer delas, citações,

intimações, notificações, penhoras e quaisquer outros atos executivos.

57. Sobre as tutelas provisórias, assinale a alternativa correta:

- a) A parte responde pelo prejuízo que a efetivação da tutela de urgência causar à parte adversa se, dentre outras hipóteses, a sentença lhe for desfavorável. Nesse caso, o ressarcimento devido deverá, sempre que possível, ser liquidado nos próprios autos e independe de pronunciamento judicial expresso a esse respeito na sentença.
- b) Caso entenda que não há elementos para a concessão de tutela antecipada, o órgão jurisdicional determinará a emenda da petição inicial em 15 dias, sob pena de ser indeferida e de o processo ser extinto sem resolução de mérito.
- c) Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado no prazo de 15 (quinze) dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que deduzido o pedido de tutela cautelar, não dependendo do adiantamento de novas custas processuais.
- d) Na tutela de evidência fundada no abuso de direito de defesa, o juiz poderá decidir liminarmente.
- e) A estabilização da tutela antecipada concedida em caráter antecedente se equivale à formação da coisa julgada material.

58. Assinale a alternativa correta em relação ao amicus curae:

- a) é requisito para sua admissão a demonstração de interesse jurídico na demanda.
- b) de acordo com o CPC, essa modalidade de intervenção de terceiros deverá ocorrer, necessariamente, por meio atuação de pessoa natural.
- c) em recurso extraordinário, o STF decidiu que apenas a decisão que admite o ingresso deste terceiro no processo é irrecorrível. Assim, contra a decisão que

inadmitir o seu ingresso será cabível agravo de instrumento ou agravo interno, a depender da situação.

d) o ingresso da União ou algum ente federal no processo como amigo da corte, desloca a competência do feito para a Justiça federal.

e) é possível a intervenção de amicus curae em reclamação.

59. No que diz respeito à preclusão, leia as afirmativas a seguir:

- I. A preclusão consiste na perda de uma situação jurídica ativa processual, de modo a se evitar o retrocesso e a insegurança jurídica no curso do processo.
- II. A preclusão lógica consiste na perda de uma faculdade ou poder processual em razão da prática de ato incompatível com o exercício desse poder.
- III. A preclusão sanção consiste na perda do poder processual em razão do seu não exercício no momento oportuno.
- IV. As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) As afirmativas I e III são verdadeiras.
- b) As afirmativas I e II são verdadeiras.
- c) As afirmativas I, II e IV são verdadeiras.
- d) As afirmativas III e IV são verdadeiras.
- e) nenhuma é verdadeira.

60. Sobre a litigância de má-fé, analise as seguintes assertivas:

I. De acordo com o STJ, a condenação por litigância de má-fé implica revogação do benefício da assistência judiciária gratuita.

II. Responde por perdas e danos aquele que litigar de má-fé como autor, réu ou interveniente, inclusive, membros do MP, Defensoria e Juiz.

III. é uma punição processual que depende de requerimento;

IV. pode ser aplicada para o caso de pessoas que apresentam preensão contra texto expresso da lei.

A opção que traz a informação correta é:

a) estão erradas somente as opções I e III

b) está correta apenas a IV.

c) estão corretas as afirmativas II e IV

d) somente a III está errada

e) estão corretas I e IV.

61. A respeito do litisconsórcio, marque a alternativa incorreta:

a) No litisconsórcio unitário, qualquer ato de disposição do direito material por apenas um, sem consentimento dos outros litisconsortes, será ineficaz.

b) Caso haja pluralidade de réus e apenas algum deles contestar a ação, doutrina majoritária entende que, em se tratando de litisconsórcio simples, é possível que a contestação de um beneficie o outro, se houver fato comum a ambos que tenha sido objeto da impugnação daquele que contestou.

c) A prova produzida por um litisconsorte simples pode ser aproveitada pelo outro, se for ali provado um fato que seja comum aos litisconsortes.

d) A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será ineficaz, se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo.

e) De acordo com o STJ, o recurso produz efeitos somente ao litisconsorte que recorre, ressalvadas as hipóteses de litisconsórcio unitário, em que se aplica a extensão prevista no art. 509 do CPC.

62. Assinale a alternativa correta:

a) a fraude contra credores pode ser discutida por meio de embargos de terceiro.

b) a fraude à execução não configura ato atentatório à dignidade da justiça.

c) da mesma forma como dispunha o CPC de 1973, o NCPC não exige que o juiz intime o terceiro da alegação de fraude à execução, pelo que somente depois do ato de constrição judicial do bem é que haverá abertura de prazo para oposição de eventuais embargos de terceiro.

d) mesmo sem citação válida, haverá fraude à execução se, quando o devedor alienou ou onerou o bem, o credor já havia realizado a averbação da execução nos registros públicos.

e) no caso de aquisição de bem não sujeito a registro, o exequente terá de provar a má-fé do adquirente.

63. Acerca do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.

b) Caso a instauração do incidente seja requerida na petição inicial, o sócio ou a pessoa jurídica serão citados e, posteriormente, o processo será suspenso.

c) Aplicam-se as disposições do CPC previstas nos artigos 133 a 137 às hipóteses de desconsideração indireta e expansiva da personalidade jurídica.

- d) É possível a instauração desse incidente no âmbito dos juizados especiais.
- e) Quem sofrer constrição de seus bens por força da desconsideração da personalidade jurídica, de cujo incidente não fez parte, poderá ajuizar embargos de terceiro.

64. Sobre coisa julgada, marque a alternativa correta:

- a) Havendo conflito entre sentenças transitadas em julgado deve valer a coisa julgada formada primeiro, enquanto não invalidada por ação rescisória.
- b) Faz coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.
- c) O Direito Brasileiro adotou, como regra, a teoria restritiva dos limites objetivos da coisa julgada, segundo a qual a coisa julgada material restringe-se ao dispositivo.
- d) A coisa julgada não se estende sobre o titular do direito (substituído processual), de sorte que este poderá se insurgir contra o que ficou decidido na ação em que se operou a substituição.
- e) A coisa julgada se opera entre as partes entre as quais é dada, não podendo prejudicar ou beneficiar terceiros.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Felipe Cavalcanti

65. A respeito dos benefícios por incapacidade, assinale a alternativa incorreta:

- a) No período entre o indeferimento administrativo e a efetiva implantação de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez, mediante decisão judicial, o segurado do RGPS tem direito ao recebimento conjunto das rendas do trabalho exercido, ainda que incompatível com sua incapacidade laboral, e do respectivo benefício previdenciário pago retroativamente.

- b) A incapacidade laboral pré-existente veda a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez, salvo nos casos de reingresso no RGPS.

- c) O julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual.

- d) O segurado em gozo de auxílio-doença, concedido judicial ou administrativamente, poderá ser convocado a qualquer momento para avaliação das condições que ensejaram sua concessão ou manutenção.

66. A respeito do financiamento da seguridade social, assinale a alternativa incorreta:

- a) O prazo nonagesimal previsto no art. 150, III, c, da Constituição Federal somente deve ser utilizado nos casos de criação ou majoração de tributos, não nas situações de simples prorrogação de alíquota já aplicada anteriormente.

- b) No âmbito do Regime Geral de Previdência Social, somente lei pode criar benefícios e vantagens previdenciárias, não havendo, por ora, previsão legal do direito à 'desaposentação', sendo constitucional a regra do art. 18, § 2º, da Lei nº 8.213/91.

- c) É constitucional a incidência de contribuição sobre a renda auferida pelo trabalhador, podendo ser adotadas alíquotas progressivas de acordo com o valor do salário de contribuição, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social, salvo na hipótese de déficit no respectivo regime, quando a contribuição ordinária dos aposentados e pensionistas poderá incidir sobre o valor dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o salário-mínimo.

- d) É legítima a incidência de contribuição social sobre o valor satisfeito a título de terço constitucional de férias.

67. Dentre as alternativas abaixo, aponte a única que não integra o salário de contribuição.

- a) As gratificações habituais que não tenham sido expressamente pactuadas.
- b) O Auxílio-creche.
- c) Décimo-terceiro salário.
- d) O auxílio-alimentação recebido em pecúnia.

68. Dentre as alternativas abaixo, aponte a hipótese que apresenta benefícios acumuláveis por trabalhador da iniciativa privada:

- a) Auxílio-doença com seguro-desemprego, na hipótese de reconhecimento retroativo da incapacidade.
- b) Auxílio-acidente com aposentadoria, quando o auxílio é anterior a 11/11/1997 e a aposentadoria é posterior àquela data.
- c) aposentadoria e pensão por morte, que tenham fatos geradores ocorridos após a publicação da Emenda Constitucional n. 103/19.
- d) mais de uma aposentadoria.

69. No que tange aos benefícios mantidos pelo Regime Geral de Previdência Social, assinale a alternativa incorreta.

- a) O pagamento do benefício devido ao segurado ou dependente civilmente incapaz será feito ao cônjuge, pai, mãe, tutor ou curador, admitindo-se, na sua falta e por período não superior a 6 (seis) meses, o pagamento a herdeiro necessário, mediante termo de compromisso firmado no ato do recebimento.
- b) Mediante justificação processada perante a Previdência Social, poderá ser suprida a falta de documento ou provado ato do interesse de beneficiário ou empresa independentemente de

provimento judicial, salvo no que se refere a registro público.

- c) A apresentação de documentação incompleta não constitui motivo para recusa do requerimento de benefício.
- d) o segurado em gozo de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez que não tenha retornado à atividade estará isento das perícias revisionais periódicas após completar cinquenta e cinco anos de idade.

70. A contagem recíproca do tempo de contribuição observará, dentre outras, as seguintes normas:

- a) é vedada a emissão de Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) com o registro exclusivo de tempo de serviço, sem a comprovação de contribuição efetiva, exceto para o segurado empregado, empregado doméstico, trabalhador avulso e, a partir de 1º de abril de 2003, para o contribuinte individual que presta serviço a empresa obrigada a arrecadar a contribuição a seu cargo.
- b) a CTC somente poderá ser emitida por regime próprio de previdência social para ex-servidor.
- c) é vedada a contagem recíproca de tempo de contribuição do RGPS por regime próprio de previdência social sem a emissão da CTC correspondente, ainda que o tempo de contribuição referente ao RGPS tenha sido prestado pelo servidor público ao próprio ente instituidor.
- d) admite-se a desaverbação de tempo em regime próprio de previdência social ainda que o tempo averbado tenha gerado a concessão de vantagens remuneratórias ao servidor público em atividade.

DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO

Mateus Pontalti

71. A respeito das modalidades de suspensão, exclusão e extinção do crédito tributário, assinale a alternativa correta:

- a) No Direito Tributário, quando duas pessoas são ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, abre-se a possibilidade de exclusão do crédito tributário por meio da compensação.
- b) Na hipótese de a autoridade administrativa entender conveniente conceder a remissão, estará extinto o crédito tributário.
- c) A consignação em pagamento consiste em modalidade de exclusão do crédito tributário, ao passo que o pagamento antecipado consiste em modalidade de extinção do crédito tributário.
- d) Havendo a autorização da dilação do prazo de pagamento do tributo, o crédito tributário ficará suspenso até a data de pagamento.

72. Sobre as limitações da Competência Tributária, julgue os itens a seguir:

- I - É vedado à União cobrar imposto sobre a renda com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda.
- II - É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- III - É facultado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional, ou que importe distinção ou preferência em favor de determinado Estado ou Município.

a) Os itens I, II e III estão corretos.

b) Os itens I e II estão corretos.

c) Apenas a alternativa II está incorreta.

d) Apenas o item II está correto.

73. Assinale a alternativa correta:

- a) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar quaisquer dos tributos previstos pela Constituição.
- b) É inconstitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar tributos.
- c) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar impostos, sendo vedada a sua utilização para majorar ou instituir outras espécies tributárias.
- d) É constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar tributos, salvo com relação aqueles cuja regulamentação seja reservada à lei complementar.
- e) Somente é constitucional a edição de medidas provisórias para instituir ou majorar taxas.

74. Sobre legislação tributária, assinale a alternativa correta:

- a) A expressão "legislação tributária" compreende apenas as leis, os tratados e as convenções internacionais, bem como as demais fontes primárias.
- b) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros. Os fatos geradores pendentes são regulados pela lei pretérita, se mais benéfica ao sujeito passivo.
- c) A lei aplica-se a ato pretérito quando deixe de defini-lo como infração, desde que ele não tenha sido definitivamente julgado.

d) A lei interpretativa pode retroagir quando for interpretativa, desde que mais benéfica ao sujeito passivo.

75. De acordo com a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa incorreta:

- a) É inconstitucional a Emenda Constitucional nº 29, de 2000, que estabeleceu a possibilidade de previsão legal de alíquotas progressivas para o IPTU de acordo com o valor do imóvel.
- b) É inconstitucional a lei municipal que tenha estabelecido, antes da Emenda Constitucional 29/2000, alíquotas progressivas para o IPTU, salvo se destinada a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.
- c) A majoração do valor venal dos imóveis para efeito da cobrança de IPTU não prescinde da edição de lei em sentido formal, exigência que somente se pode afastar quando a atualização não excede os índices inflacionários anuais de correção monetária.
- d) Incide o IPTU, considerado imóvel de pessoa jurídica de direito público cedido a pessoa jurídica de direito privado, devedora do tributo.

76. Assinale a alternativa correta:

- a) O ITBI e o IPTU podem ser progressivos.
- b) Apenas é possível a progressividade extrafiscal do IPTU.
- c) O ISSQN incide sobre a locação de bens moveis.
- d) O ITCMD pode ter alíquotas progressivas.

DIREITO AMBIENTAL

Thiago Leite

77. Quantos aos recursos hídricos, assinale a alternativa correta.

- a) A outorga de direito de uso de recursos hídricos dispensa a cobrança pelo uso efetivo de tais recursos, evitando assim uma dupla cobrança indevida.
- b) O uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural, não necessita de outorga do poder público.
- c) O aproveitamento dos potenciais hidrelétricos não necessita de outorga do poder público.
- d) A outorga de uso dos recursos hídricos deverá preservar o uso único destes.

78. Quanto à tutela processual do meio ambiente, assinale a alternativa correta.

- a) O Ministério Público possui competência exclusiva para ajuizar ação civil pública visando o ressarcimento de danos ambientais.
- b) A ação popular, visando anular ato lesivo ao meio ambiente, pode ser ajuizada por qualquer pessoa, ante a universalidade de jurisdição.
- c) O princípio da reparação integral permite a cumulação, em uma mesma ação de ressarcimento por dano ambiental, de obrigações de fazer, não fazer e de pagar.
- d) Segundo o STJ, o dano moral coletivo ambiental é possível, mas é necessário que se comprove a dor, a angústia, o abalo sofrido.

79. Quanto ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação, assinale a alternativa correta.

- a) Plano de manejo é o documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, não se aplicando a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.
- b) A estação ecológica, bem como a Área de Proteção Ambiental, são unidades pertencentes ao grupo de proteção integral.
- c) A Floresta Nacional é de posse e domínio públicos ou privados, devendo o plano de manejo regular a presença dessas áreas privadas.
- d) É proibido, na Reserva de Fauna, o exercício da caça amadorística ou profissional.

80. Quanto à tutela ambiental na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) A competência legislativa em matéria ambiental é concorrente entre União, Estados e DF, estando os Municípios proibidos de legislar sobre essa matéria.
- b) A competência administrativa em matéria ambiental é comum a todos os entes da federação (União, Estados, DF e Municípios).
- c) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso especial e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
- d) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados, não havendo que se falar em responsabilidade penal ambiental da pessoa jurídica.

81. Quanto ao CONAMA, assinale a alternativa correta.

- a) É órgão superior do Sistema Nacional do Meio Ambiente.
- b) O plenário do CONAMA é presidido pelo Presidente do IBAMA.
- c) O Ministério Público Federal poderá indicar um representante, titular e suplente, para participar do Plenário do Conama na qualidade de membro convidado, com direito a voto.
- d) Compete ao CONAMA, dentre outras atribuições, estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos.

82. Quanto às normas de cooperação em matéria ambiental, assinale a alternativa correta.

- a) Atuação supletiva é a ação do ente da Federação que visa a auxiliar no desempenho das atribuições decorrentes das competências comuns, quando solicitado pelo ente federativo originariamente detentor das respectivas atribuições.
- b) Constitui objetivo fundamental da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no exercício da competência ambiental comum, dentre outros, proteger, defender e conservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, promovendo gestão centralizada, democrática e eficiente.
- c) É ação administrativa do Distrito Federal, dentre outras, elaborar o zoneamento ambiental de âmbito regional.
- d) Compete ao órgão responsável pelo licenciamento ou autorização de um empreendimento ou atividade lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo para a apuração de infrações à legislação ambiental cometidas pelo empreendimento ou atividade licenciada ou autorizada.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO

Vanessa Arns

83. Juliana, brasileira, celebra no Brasil um contrato de prestação de serviços de consultoria no Brasil a uma empresa pertencente a Thomas, francês residente em Lyon, para a realização de investimentos no mercado acionário brasileiro. O contrato possui uma cláusula indicando a aplicação da lei francesa.

Em ação proposta por Juliana no Brasil, surge uma questão envolvendo a capacidade de Thomas para assumir e cumprir as obrigações previstas no contrato.

Levando em consideração as regras de Direito Internacional Privado, com relação a essa questão, a Justiça brasileira deverá aplicar

- a) a lei brasileira, porque o contrato foi celebrado no Brasil.
- b) a lei francesa, porque Thomas é residente da França.
- c) a lei brasileira, país onde os serviços serão prestados.
- d) a lei francesa, escolhida pelas partes mediante cláusula contratual expressa.

84. Uma sociedade brasileira, sediada no Paraná, resolveu contratar uma sociedade americana, sediada na Califórnia, para realizar um estudo que lhe permitisse expandir suas atividades no exterior, para poder vender seus produtos no mercado americano. Depois de várias negociações, o representante da sociedade americana veio ao Brasil, e o contrato de prestação de serviços foi assinado em Curitiba. Não há no contrato uma cláusula de lei aplicável, mas alguns princípios do UNIDROIT foram incorporados ao texto final. Passados 9 meses, o contrato não foi cumprido. A sociedade brasileira ajuizou uma ação no Brasil. A sociedade americana, na sua contestação, alegou que a cláusula era inválida segundo o direito americano.

Conforme a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, qual é a lei material que o juiz deverá aplicar para solucionar a causa?

- a) A lei brasileira, pois o contrato foi firmado no Brasil.
- b) A lei americana, pois o réu é domiciliado nos Estados Unidos.
- c) Os princípios do UNIDROIT, porque muitas cláusulas foram inspiradas nessa legislação.
- d) A Lex Mercatoria, porque o que rege o contrato internacional é a prática internacional.

85. Assinale a opção correta relativamente à personalidade jurídica internacional e à condição jurídica do estrangeiro.

- a) A personalidade jurídica internacional é reconhecida de forma ampla, equiparando-se, nesse aspecto, à personalidade estatal.
- b) Eventual acordo de concessão entre a multinacional General Motors e o Estado brasileiro será regido pelo direito dos tratados, haja vista a constatação de personalidade jurídica internacional das empresas multinacionais.
- c) Não se admite a extradição na hipótese de o Brasil não possuir tratado com o país requerente.
- d) A capacidade de que são dotadas as organizações internacionais intergovernamentais para firmar tratados decorre essencialmente de personalidade jurídica dessas organizações e das normas que as regem

86. Conforme expressamente estabelecido no Estatuto de Roma, o Tribunal Penal Internacional (TPI) deve aplicar

- a) os princípios gerais de direito interno das organizações internacionais.
- b) os contratos de Estado.

c) o regulamento processual do TPI.

d) a equidade.

87. A respeito da estrutura institucional do MERCOSUL, assinale a opção correta.

a) As normas da Comissão de Comércio do MERCOSUL possuem caráter meramente recomendatório.

b) Compõe a estrutura institucional do MERCOSUL a Comissão de Tribunais Constitucionais.

c) É atribuição do Conselho do Mercado Comum supervisionar as atividades da Secretaria Administrativa do MERCOSUL.

d) Cabe ao Conselho do Mercado Comum exercer a titularidade da personalidade jurídica do MERCOSUL.

88. Assinale a alternativa incorreta.

a) A capacidade para exercer o comércio e para intervir em atos e contratos comerciais é regulada pela lei do domicílio de cada interessado.

b) É competente a autoridade judiciária brasileira quando o réu for brasileiro, ainda que não domiciliado no Brasil.

c) Os governos estrangeiros e as organizações de qualquer natureza, que eles tenham constituído, dirijam ou hajam investido de funções públicas não poderão adquirir no Brasil bens imóveis ou suscetíveis de desapropriação.

d) A prescrição aquisitiva de bens móveis ou imóveis é regulada pela lei do lugar em que estiverem situados.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

89. Sabemos que na sociedade limitada, a responsabilidade dos sócios é limitada. Assim, é exemplo de responsabilidade que, como regra, não pode ser imputada ao referido sócio:

a) responsabilidade pelo valor das quotas subscritas ou pela integralização do capital social como um todo.

b) responsabilidade por obrigações da sociedade que esta não seja capaz de adimplir em razão de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.

c) responsabilidade por perdas e danos acarretados à sociedade ou a terceiros em razão de abuso do poder de controle.

d) responsabilidade por obrigações da sociedade incorridas no exercício de sua atividade-fim, que esta não seja capaz de adimplir com bens e recursos próprios, mesmo após esgotados todos os correspondentes meios de cobrança a cargo do credor.

e) responsabilidade por perdas e danos acarretados à sociedade ou a terceiros em razão de atos do sócio, na qualidade de sócio-administrador, em infração à lei ou ao contrato social.

90. O contrato de franchising se estrutura em um modelo de negócio acentuado pela licença de uso de marca ou patente com transmissão de métodos e tecnologia necessários para a organização da atividade empresária a ser explorado pelo interessado. Sobre as disposições legais sobre o contrato de franquia, relevante modalidade de contrato empresarial, é correto afirmar que:

a) Para a formação do contrato exige-se do franqueador fornecer uma Circular de Oferta de Franquia dez dias após a assinatura do contrato.

- b) A Circular de Oferta de Franquia deverá fazer constar as qualidades e requisitos, obrigatórios ou desejados, para o exercício da atividade.
- c) O contrato deve ser por escrito e terá validade após o efetivo registro perante cartório ou órgão público.
- d) Todas as alternativas estão corretas.
- e) Nenhuma das anteriores.

91. Com relação a transformação, incorporação, fusão ou cisão de sociedades, é correto afirmar, nos termos do Código Civil, que:

- a) a transformação societária prejudicará os direitos dos credores.
- b) a falência da sociedade transformada não produz efeitos aos titulares de créditos anteriores à transformação.
- c) a fusão extingue as sociedades que se unem para formar uma nova, que assumirá os direitos e as obrigações das anteriores.
- d) o direito do credor prejudicado por operações societárias decai em dois anos, contados da publicação dos atos relativos à cisão.
- e) a incorporação societária independe da preexistência da sociedade incorporadora.

92. Em se tratando de empresa nacional, é competente para homologar plano de recuperação extrajudicial e deferir a recuperação judicial o juízo do(a):

- a) residência dos sócios acionistas.
- b) sede da empresa do credor principal.
- c) domicílio do administrador judicial.
- d) local da realização da assembleia geral de credores.

- e) principal estabelecimento do devedor.

93. No âmbito da falência, é vedado ao administrador judicial, em relação ao falido ou à massa falida,

- a) comunicar-se com o comitê de credores.
- b) avaliar os bens arrecadados.
- c) representar a massa falida em juízo.
- d) abater dívidas não recebidas sem a aprovação do juízo.
- e) disponibilizar documentos aos credores.

94. Conforme o Código Civil, equipara-se à condição de pessoa empresária:

- a) um grupo de pessoas que pretenda constituir uma cooperativa para intermediar a venda de produtos fabricados em determinada comunidade.
- b) um casal que resolva criar um instituto exclusivamente para difundir informações sobre determinada causa social.
- c) um empresário rural cuja principal atividade seja a agricultura e que esteja devidamente inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis.
- d) um artista plástico famoso que angarie grandes valores com a venda de obras plásticas por ele confeccionadas.
- e) Nenhuma das anteriores

DIREITO ECONÔMICO E PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR

Leonardo Fernandes

95. Sobre a LDC (Lei 12.529 de 2011), relativamente aos atos de concentração é correto afirmar:

- a) Presume-se posição dominante sempre que uma empresa ou grupo de empresas for capaz de alterar unilateral ou coordenadamente as condições de mercado ou quando controlar 20% ou mais do mercado relevante, podendo este percentual ser alterado pelo Cade para setores específicos da economia.
- b) Serão sempre proibidos os atos de concentração que impliquem eliminação da concorrência em parte substancial de mercado relevante, que possam criar ou reforçar uma posição dominante ou que possam resultar na dominação de mercado relevante de bens ou serviços.
- c) O Cade, segundo a legislação, somente tem competência para submissão prévia dos atos de concentração, não podendo requerer, de ofício, a submissão posterior dos atos de concentração.
- d) A legislação não considera um ato de concentração quando duas ou mais empresas celebram contrato associativo, consórcio ou *joint venture*.

96. Não sendo o vício do produto ou serviço sanado no prazo de 30 dias, o consumidor pode:

- a) somente exigir a substituição do produto por outro da mesma espécie ou a restituição imediata da quantia paga.
- b) somente acionar o fornecedor por perdas e danos.
- c) ficar com o produto mediante o abatimento proporcional do preço.
- d) convencionar a redução ou ampliação do prazo previsto, não podendo ser inferior a trinta nem superior a cento e oitenta dias.

97. São formas de intervenção na economia pelo Estado, salvo:

- a) Absorção e participação.
- b) Licitação.
- c) Direção.
- d) Indução.

98. Sobre as práticas abusivas no CDC, é correto afirmar:

- a) Os serviços prestados e os produtos remetidos ou entregues ao consumidor sem prévia solicitação equiparam-se às amostras grátis, inexistindo obrigação de pagamento.
- b) No caso de fornecimento de produtos ou de serviços sujeitos ao regime de controle ou de tabelamento de preços, os fornecedores deverão respeitar os limites oficiais sob pena de não o fazendo, responderem pela restituição em dobro da quantia recebida em excesso, monetariamente atualizada.
- c) O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que foi cobrado em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.
- d) A ausência de informação relativa ao preço, por si só, caracteriza publicidade enganosa.

99. Sobre a cobrança de juros no pé, e outros institutos é correto afirmar:

- a) É abusiva a cláusula de cobrança de juros compensatórios incidentes em período anterior à entrega das chaves nos contratos de financiamento de imóveis pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH).
- b) É lícita a cobrança de juros de obra após em financiamentos no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, após o prazo ajustado no contrato para a entrega das chaves da unidade autônoma, incluído o período de tolerância.

c) A entrega do imóvel em até cento e oitenta dias corridos da data estipulada contratualmente como data prevista para conclusão do empreendimento, não dará causa à resolução do contrato por parte do adquirente nem ensejará o pagamento de qualquer penalidade pelo incorporador, mesmo que não esteja expressamente pactuado o prazo de carência.

d) Na hipótese de a entrega do imóvel estender-se por prazo superior ao previsto como carência contratual, e não se tratar de resolução do contrato, será devida ao adquirente adimplente, por ocasião da entrega da unidade, indenização de 1% (um por cento) do valor efetivamente pago à incorporadora, para cada mês de atraso, pro rata die, corrigido monetariamente conforme índice estipulado em contrato.

100. As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas, são:

a) subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes das relações de consumo.

b) solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes das relações de consumo.

c) somente respondem diante da desconsideração da personalidade jurídica, pela teoria menor.

d) somente respondem diante da desconsideração da personalidade jurídica, pela teoria maior.

Preencha o Gabarito

<http://bit.ly/Simulado-TRF3-11-10-20>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://bit.ly/Assinatura-ECJ>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
